

Memórias da Repressão:

A Ditadura Militar em Belo Horizonte

CAMPOS; Lucas Magalhães

CHAVES; Lorryne Gonçalves De Freitas

CORRÊA; Leonardo do Nascimento

OLIVEIRA; Simone Miranda Costa

RESUMO

O presente artigo visa descrever o contexto histórico, político e social do golpe militar de 1964 no Brasil com um enfoque na cidade de Belo Horizonte. Combinando análises historiográficas e referências a eventos marcantes, o texto busca refletir sobre as práticas do período e seus desdobramentos para a sociedade brasileira atual, tendo como recorte a realidade belo-horizontina.

INTRODUÇÃO

Conceitualmente, um governo legítimo e eleito democraticamente guarda a capacidade de lograr a obediência mediante um consenso entre os liderados, sem que o Estado necessite de recorrer à coerção ou ameaças, enquanto um golpe militar é um ato de investida das forças armadas para tomar um poder constituído e instaurar uma ditadura. No entanto, um golpe militar sempre está inserido num contexto, com suas peculiaridades, estratégias e interesses, sendo o presente artigo uma busca por conhecer e aprofundar o tema do golpe militar brasileiro no período de 1964 a 1985, com os respectivos impactos na cidade de Belo Horizonte\MG.

Segundo Arthur Costa, em seu texto intitulado “O Lobby Militar: Um Novo Padrão de Interações entre Civis e Militares”, de sua Dissertação de Mestrado em Ciência Política, defendida na Universidade de Brasília em 1998, tem-se que, no período compreendido entre 1938 e 1962, o Ministério do Exército brasileiro realizava conjecturas com os demais poderes

da República e interferiam em assuntos político-econômicos. Da mesma forma, cargos em diversos setores do governo eram ocupados por militares, responsáveis por exercer influência em decisões de diversas naturezas. Houve também a participação do Clube Militar e da *Escola Superior de Guerra (ESG)* na interação com a população civil, bem como na representação de correntes de pensamento majoritário das *Forças Armadas (FFAA)*, embora nem sempre tais posicionamentos fossem hegemônicos, pois haviam tendências diversas no debate político militar. Assim, durante a Era Vargas, questões como a exploração do petróleo brasileiro e o posicionamento do Brasil em relação a Guerra Fria trouxeram correntes divergentes nas FFAA, visto que alguns projetos eram vistos como colaboradores do comunismo a nível internacional, chegando a render polêmica na imprensa e na disputa pela presidência do Clube Militar, vencendo, com expressiva vantagem, a candidatura nacionalista e anticomunista que representou a posição predominante nas FFAA.

Conforme se depreende do livro “Visões do Golpe”, de autoria de Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, e Celso Castro, a classe militar valeu-se de alguns argumentos para justificar o golpe, como a convicção de que dispunha maior qualificação moral e intelectual para a condução da sociedade brasileira, acrescida da insatisfação com a renúncia de Jânio Quadros, a ausência de plenos poderes de João Goulart, greves, corrupção e problemas econômicos brasileiros, bem como a disposição de lutar contra a intentona comunista. Ademais, o anticomunismo militar não se opõe estritamente a questões sociais, mas também ao temor de se deslocar a obediência militar a poderes paralelos e alheios à hierarquia interna dessa instituição, além do que, o ano de 1964 estava recheado de disputas a nível internacional que rivalizava o capitalismo e o comunismo.

Foi nesse cenário que, em 1º de abril de 1964, mediante a uma agitação social e a reação dos setores mais conservadores, os militares tomaram o poder, iniciando um governo de exceção a princípio civil-militar, já exaustivamente descrito na historiografia como o período da ditadura militar no Brasil. O período entre as décadas de 1960 e 1980 é um período de intensa pesquisa, principalmente no âmbito da historiografia, para discutir, trazer à tona e desmistificar algumas falsas noções sobre o período, e com isso iluminar as consequências da ditadura militar para o país. Os traumas psicológicos, sociais e institucionais deixados na sociedade brasileira não podem ser esquecidos, e decorre dessa premissa o objetivo deste artigo: os impactos da ditadura em Belo Horizonte.

O RECORTE BELO-HORIZONTINO

A historiadora Heloísa Starling (1986, p. 16) afirma que a história de Minas não se resume somente ao ciclo aurífero e as velhas oligarquias, como frequentemente se pensa. É possível redefinir o papel de Minas Gerais nesse conturbado período nacional, a ditadura militar, através de novos olhares e novas interpretações. Com objetivo de evidenciar a memória da repressão política na capital mineira, busca-se preencher as muitas lacunas na documentação escrita, para contar a história de uma parcela significativa dos opositores do regime militar, silenciada ao longo dos anos nas ruas e prédios de Belo Horizonte.

Após o golpe, diversos órgãos de informações foram criados, como o *SNI – Serviço Nacional de Inteligência*, *CIE – Centro de Informações do Exército* e o *CISA – Centro de Informações da Aeronáutica* e o *CENIMAR da Marinha*, responsáveis por promover a “limpeza” das instituições, no sentido de extinguir vestígios de uma construção política esquerdista. Referente à ditadura, muito se lembra sobre o Ato Institucional nº 5 (AI - 5), instaurado com o objetivo de ampliar o poder e a coerção do governo sobre a população, mas o primeiro Ato Institucional (AI - 1), tinha como objetivo fazer uma limpeza dos resquícios comunistas nas instituições nacionais, despolitizar a sociedade brasileira e legitimar o regime militar. Utilizando do A.I 5, o Estado passa a ter o aparato de repressão para investigar e punir as ações das pessoas consideradas subversivas. A documentação destes órgãos oficiais foi largamente destruída, uma vez que muitas de suas ações configuram graves violações dos direitos humanos, e sua destruição era imprescindível para ocultar as práticas repressivas do regime.

Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições do Judiciário, isto impediria advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e tortura dos presos políticos (ALVES, 2005, p. 134).

Um destes órgãos foi o DOPS-MG (Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais), localizado na Avenida Afonso Pena, 2531, no centro de Belo Horizonte - Minas Gerais, com a função principal de assegurar a ordem e disciplina social da população. Inicialmente era um órgão social sem muitas ações, mas que durante a ditadura passou a fiscalizar e punir movimentos e ativistas sociais considerados uma ameaça ao governo. O AI-5 decretou que os valores e direitos individuais não eram mais garantidos, a luta nas ruas ia de encontro aos prédios do DOPS, onde a ideologia do regime era materializada na tortura e

prisão dos “insubordinados”. O golpe de 1964 foi responsável por uma grande reorientação na atuação das polícias e na constituição dos sistemas de informação e segurança, sendo o Exército o principal agente no combate a crimes políticos, tornando o regime militar e sua institucionalidade cada vez mais temidos pela população, sob os quais qualquer ato poderia ser considerado criminoso.



FOTO: Prédio Dops, na avenida Afonso Pena, recebe ato por direitos humanos no aniversário de 53 anos do golpe militar, em 2017 - Lidyane Ponciano / CUT Minas

A sede do DOPS-MG, localizado em uma das principais avenidas de Belo Horizonte, foi local de graves atentados aos direitos humanos no período ditatorial. A população belorizontina, mesmo consciente do papel desempenhado pelo DOPS-MG, não imaginava a extensão das barbaridades cometidas dentro do prédio. Somente nos primeiros anos da década de 1980 é que o povo belorizontino inicia um processo de desvelamento das ações cometidas pelo órgão durante o regime, sendo este extinto apenas em 1989 - o último a ser fechado no país - após a promulgação da Constituição do Estado.

Durante a existência do DOPS-MG, o movimento operário e os movimentos sindicalistas, de amplo crescimento no país antes do golpe, foram algumas de suas principais vítimas. Uma atenção especial seria dada pela repressão a qualquer movimento de classe

operária, sendo “fábricas, portos, ferrovias, aeroportos, minas e bairros operários atentamente vigiados” (GIANNOTTI, 2007, p.184). Da mesma forma, a classe estudantil belorizontina sofreu ampla perseguição do regime militar, sendo seus protestos e manifestações diretamente ligados a um dos principais prédios da Universidade Federal de Minas Gerais, o primeiro prédio da *FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas)*, que tinha como principal local o prédio da Rua Carangola, 288, no bairro Santo Antônio, cuja fachada foi tombada em 2014 como símbolo da resistência ao regime militar que se instaurou no país em 1964. (FAFICH/UFMG). Os movimentos estudantis ganharam força quando a repressão passou a intervir na diretoria das universidades. O governo começou a fazer uma “limpa” dos servidores que não compactuavam com o regime, perseguindo e expulsando professores e alunos. Os estudantes da FAFICH promoviam debates e manifestações nas instalações do prédio com o intuito de cursar uma formação livre de repressão dentro da universidade. Em 1964, o então reitor da UFMG, Aluísio Pimenta, foi substituído pelo interventor Coronel Expedito Orsi Pimenta, como forma de promover a segurança do governo.

O seu prédio foi cercado em 1968 e a recusa do diretor, o professor Pedro Parafta de Bessa, em deixar que a polícia invadisse o prédio, foi um dos episódios marcantes da história política do período na cidade. Em 1969, o professor Bessa foi destituído da direção da Instituição e aposentado compulsoriamente pelo governo militar, através do Ato institucional no 5. (FAFICH/UFMG).

Os movimentos estudantis, principalmente na FAFICH, ganharam força e voz devido à resistência dos estudantes às ações truculentas do governo. A ditadura buscava impor um conhecimento universitário que promovesse o apoio da academia ao governo. Buscando a desarticulação dos movimentos estudantis e acabar com o “comunismo que crescia dentro das universidades” a intervenção militar na UFMG ocorreu em 1964. Neste mesmo ano, um relatório policial indicava que, na madrugada do dia 12 de junho de 1964, quatro estudantes da Faculdade de Direito da UFMG distribuíram material subversivo pelas ruas do centro da capital (APM, DOPS/MG). Ao ser efetuada a prisão, os estudantes foram conduzidos ao DOPS/MG e lá negaram suas participações na distribuição do material, mas tiveram sua liberdade cerceada com alegação de perturbação à ordem pública

Sob o ponto de vista do DOPS mineiro, as atividades estudantis na cena política mineira eram direcionadas pelo Partido Comunista. A polícia política passou a enxergar conspirações comunistas nos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia, Medicina, Economia e outras da “UMG” –Universidade de Minas Gerais, e também no setor estudantil secundário. Era imperativo neste momento combater o comunismo não só diretamente juntos aos operários e camponeses, mas também junto à classe estudantil, identificada como mais uma “Frente Comunista” de onde saíam os doutrinadores e líderes que iludiam, aliciavam e manobravam os trabalhadores e os “inocentes úteis”[...]Dessa forma, a atuação dos estudantes em Minas Gerais era vista pela polícia como resultado direto da implantação de líderes comunistas e “doutrinadores” no meio estudantil, principalmente nos núcleos ou Diretórios Acadêmicos, onde eram programadas intervenções estudantis na cena política. A Delegacia de Vigilância Social, dedicando-se constantemente a vigilância dos estudantes identificados como comunistas ou filo-comunistas, criou um sub-setor, “Setor Estudantil”, voltado especialmente para o controle dos estudantes que se dedicavam aos estudos de matérias subversivas e insistiam em ocupar a cena pública subvertendo a ordem estabelecida. (ASSUNÇÃO 206 p. 155 e 156)

Motta (2014) destaca que o alcance da política no período militar se deu pelo medo instaurado na sociedade brasileira, favorecendo, dentre outros fenômenos, o surgimento de uma autocensura no meio acadêmico uma vez que, com a dificuldade de se identificar com clareza o que seria considerado subversivo ou não, muitos estudantes tinham suas ações e produções limitadas. O setor educacional não se conteve e, com os movimentos estudantis buscando a oportunidade de repensar as políticas públicas e divulgar o teor da ditadura através de ações cada vez mais frequentes, balançava a estrutura repressiva militar.

Em 1968, os prédios da universidade e os movimentos estudantis são assim alvos de grande repressão, com a prisão de diversos estudantes e o prédio da FAFICH invadido pela Polícia Militar. Os estudantes, reunidos para a organização de uma viagem a um congresso, tiveram seu prédio cercado pela polícia militar no dia 05 de outubro de 1968, com saldo de 700 estudantes presos e encaminhados ao DOPS. (LEITE,2010). A invasão à universidade foi considerada um importante marco contra a resistência política ao regime militar na cidade, com um grande ato de censura contra os estudantes. Os “anos de chumbo” foram para a instituição um período doloroso, principalmente após a promulgação do Ato institucional nº5, através do qual se endureciam as práticas de opressão do regime militar. As lutas e movimentos sociais foram, assim, indispensáveis para escancarar a tortura e a repressão em prática no país, sobretudo para a reconquista de direitos cerceados. Nesse sentido, a lei da Anistia em 1979 se configura como uma das grandes vitórias na luta contra a política autoritária do regime militar. A lei proporcionou a volta de exilados políticos e promoveu diversas reivindicações dos presos e perseguidos pelo governo, medida determinante para o

perdão de perseguidos políticos pelo regime, como militantes do movimento estudantil, organizações de esquerda, integrantes do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), dentre vários outros.



FOTO Tropas da Polícia Militar de Minas Gerais ocupam a FAFICH, na rua Carangola (1968)

FONTE: PROJETO REPÚBLICA, 2007

HISTÓRIA E MEMÓRIA

Preservar a memória e a vivência inconstitucional da ditadura é indispensável, uma vez que as suas práticas, como atos de violência praticados pelo Estado contra toda a sociedade, configuram a identidade e a história de todo um povo, com diversas perdas humanas, pessoais e coletivas. Nos marcos históricos do Brasil, poucos foram os períodos tão recordados e revisitados como os 21 anos da ditadura brasileira. Assim, torna-se necessário compreender a importância de políticas de memória para a reparação de um período tão traumático para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, muitos são os espaços tombados na capital mineira que buscam promover este conhecimento, buscando preservar e valorizar a memória dos perseguidos, torturados e mortos pela ditadura, servindo não apenas como um alento para os familiares, mas também para a manutenção do legado e da luta desses sujeitos. O Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais, antigo prédio do DOPS/MG, é atualmente tombado como um

espaço de memória daqueles que lá sofreram e encontra-se em desenvolvimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais, contando também com a parceria da UFMG.



FOTO: A reforma do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade, antigo Dops, foi contemplada pelo Fundif.

FONTE: site Agencia de Minas Fundo Estadual dos Direitos Difusos garante recursos para projetos em Minas Gerais

O Memorial da Anistia na capital mineira está localizado no antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), uma parceria do Ministério da Justiça e da Universidade Federal de Minas Gerais. O Memorial tem a proposta de abrigar arquivos históricos sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1986), de forma a trabalhar com as memórias deste período a partir da perspectiva dos perseguidos políticos. Esses espaços, não só na capital mineira, desempenham um papel fundamental para a história do país, uma vez que muito do período foi deixado para trás, militares envolvidos nos mais diversos crimes contra os direitos humanos não foram presos e pouco se discute sobre o legado golpista da ditadura na sociedade brasileira até os dias atuais. Ambos os Memoriais localizados em Belo Horizonte surgem como importantes espaços de preservação da memória, instalados para conscientizar gerações futuras sobre o período e reforçar o compromisso com os valores democráticos. A perpetuação da memória de luta coletiva e o enfrentamento do saudosismo golpista são fundamentais para combater a valorização das atrocidades cometidas pela ditadura militar brasileira e fortalecer cada vez mais o Estado

democrático de direito. Assim, o resgate da história belo-horizontina, a fim de dimensionar o impacto do regime militar em Belo Horizonte, suas instituições e população, serve não apenas como um modelo para uma melhor compreensão de toda a realidade brasileira, passada e atual, mas também como um essencial ato pedagógico, em prol de uma sociedade mais justa e consciente.

Por outro lado, sabe-se que o golpe não foi desejado somente pela classe militar, mas também pela sociedade civil, pela Igreja, pelos empresários e pela classe média, embora a sociedade muitas vezes impute a responsabilidade da iniciativa e das consequências do golpe em desfavor da classe militar, desprezando assim os diversos apelos que o legitimava. Ainda segundo Arthur Costa, em sua Dissertação de Mestrado em Ciência Política, defendida na Universidade de Brasília em 1998, sequelas do período militar se estendem no tempo visto que, a partir de 1982, surge a Assessoria Parlamentar dando origem a uma nova organização com função de ligação do governo militar com o Poder Legislativo do Brasil, tentando influenciar a tomada de decisões. Possuindo vários militares e\ou ex-militares na Câmara e no Senado Federal, além da Assessoria Parlamentar do Exército que atuava junto ao Poder Legislativo, as FFAA são ainda capazes de garantir seu poder de decisão na administração pública brasileira e relações estratégicas com a sociedade civil, a imprensa e a classe política, além de um importante ator político na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, da qual frutificou a Constituição Federal de 1988. Por fim, a classe militar ainda se faz presente e poderosa na vivência e no imaginário político brasileiro hodiernamente, apoiando candidatos, ocupando cargos na administração pública direta e indireta, e alimentando o sentimento golpista e o saudosismo militar que ainda assolam a sociedade brasileira.

CONCLUSÃO

O estudo do período da ditadura militar no Brasil, com foco na cidade de Belo Horizonte, demonstra as extensas marcas deixadas por esse regime autoritário na sociedade brasileira. O golpe militar de 1964, tendo a Guerra Fria e o pânico moral anticomunista como contexto internacional, instaurou um governo responsável por restringir não apenas as liberdades individuais e coletivas, mas também consolidou uma política de repressão perseguidora, torturadora e assassina. As ações de órgãos como o DOPS-MG e a intervenção em manifestações sociais, como o caso do movimento estudantil, evidenciam a brutalidade e o coerção exercidas pelo regime. Apesar da repressão, a redemocratização só se tornou

possível graças aos movimentos sociais, os quais desempenharam um papel crucial na resistência e na busca por uma realidade mais justa, conquistando gradativas vitórias como a Lei da Anistia de 1979. No entanto, é claro, as sequelas da ditadura ainda são perceptíveis, tanto no imaginário político quanto na estrutura de poder, onde a influência militar persiste em diversas camadas da política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APM, DOPS/MG, Pasta 3852, Rolo 049, Im. 03/0549

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). p. 155 e 156

BERTOLINO, Farley da Conceição. O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil. Temporalidades –Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.V. 5, n. 3 (set./dez. 2013) –Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. O Lobby Militar e as Relações Cívico-Militares durante a Assembleia Nacional Constituinte. 1998. Capítulo 2 (um novo padrão de interações entre civis e militares). Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. Introdução. Visões do Golpe. Rio de Janeiro, FGC, 1994.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. A Faculdade. [Belo Horizonte]: UFMG, 2023. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/a-faculdade/historia/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). Bens Tombados: Edifício da Antiga Sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG). <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/137/bens-tombados-edif%C3%ADcio-da-antiga-sede-do-departamento-de-ordem-pol%C3%ADtica-e-social-de-minas-gerais-%E2%80%93-dops-mg>. < Acesso em: 31 mar. 2024.>

LEITE, Isabel Cristina. “Apurando a subversão”: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG. Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 1, Janeiro/Julho de 2010 pg. 148 – 156 - ISSN:1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades < Acesso em: 31 mar. 2024.>

MARTINS FILHO, João Roberto. “As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947 -1989). Teoria e Pesquisa, n. 46, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964.4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.